

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRIZ2019

<b>Composição do Patrimônio de Referência (PR) e Informações Sobre a Adequação do PR</b>		Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado <sup>1</sup>
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	4.313.000	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
2	Reserva de Lucros	2.651.514	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
3	Outras receitas e outras reservas <sup>(2)</sup>	(1.037.109)	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4192, de 2013			
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	-	-	
6	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>5.927.405</b>	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>				
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	(3.679)	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	
9	Ativos intangíveis	(563)	-	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	-	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	-	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRI2019

14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido		
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal		
18	Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas asemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas asemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
20	Direitos por serviços de hipoteca		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	(741.219)	Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas asemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-	

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRI2019

25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	-
26.b	Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-
26.i	Destaque do PR	-	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios		
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>(745.461)</b>	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
29	<b>Capital Principal</b>	<b>5.181.944</b>	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
	<b>Capital Complementar: instrumentos</b>		Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	801.040	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRI2019

31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	801.040	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
33	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução n° 4192, de 2013</i>	-	-
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado	-	-
35	<i>da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução n° 4.192, de 2013</i>	-	-
36	<b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	<b>801.040</b>	<b>- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras</b>
	<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
39	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
40	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
41.a	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital complementar		

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRI2019

41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	-	-
44	<b>Capital Complementar</b>	<b>801.040</b>	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
45	<b>Nível I</b>	<b>5.982.984</b>	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
	<b>Nível II: instrumentos</b>		
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-
47	<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	2.282.604	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Nível II do conglomerado	-	-
49	<i>dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013</i>	-	-
50	Excesso de Provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>2.282.604</b>	- Nota 27.g das Demonstrações Financeiras
	<b>Nível II: deduções regulatórias</b>		
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	-

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRI2019

56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não compõem o conglomerado	-	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	-	-
58	<b>Nível II</b>	<b>2.282.604</b>	<b>Nota 27.g das Demonstrações Financeiras</b>
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>8.265.588</b>	<b>Nota 27.g das Demonstrações Financeiras</b>
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>57.311.851</b>	<b>Nota 27.g das Demonstrações Financeiras</b>
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>		<b>(%)</b>	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	9,04%	
62	Índice de Nível I (IN1)	10,44%	
63	Índice de Basileia (IB)	14,42%	
64	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)	7,00%	
65	do qual: adicional para conservação de capital	2,50%	
66	do qual: adicional contracíclico	0,00%	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	3,04%	
<b>Mínimos Nacionais</b>		<b>(%)</b>	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	0	
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,00%	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	8,00%	

**Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)**

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 4ºTRIZ2019

72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
73	Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
74	Direitos por serviços de hipoteca		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	592.316	
<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>			
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>			
80	<i>Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013</i>		
81	<i>Valor excluído do Capital Principal devido ao limite</i>		
82	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-	-
83	<i>Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite</i>	-	-
84	<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	2.545.199	-

85	<i>Valor excluído do Nível II devido ao limite</i>	262.595	-
----	--	---------	---

---

<sup>(1)</sup> Informações disponíveis no no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) no link Relação com Investidores.

<sup>(2)</sup> Reservas de capital e reavaliação + ganhos ou perdas não realizados dos ajustes de avaliação patrimonial.